

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Américo Junior Nunes da Silva

Ivanete dos Santos de Souza

Ismael Santos Lira

(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Vol 1

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Américo Junior Nunes da Silva

Ivanete dos Santos de Souza

Ismael Santos Lira

(Organizadores)


Atena
Editora
Ano 2022

Vol 1

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kápio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
 Ilvanete dos Santos de Souza
 Ismael Santos Lira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
E24	<p>A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Ismael Santos Lira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0710-2 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.102222511</p> <p>1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lira, Ismael Santos (Organizador). IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Temos alguns pilares que inspiram a organização deste livro: o reconhecimento da educação enquanto fenômeno social, as perspectivas que permeiam o processo educacional, harmonizando com o reconhecimento de tendências que forjam a educação como um campo de pesquisa multidisciplinar em contínua e necessária evolução.

Pensarmos a educação enquanto fenômeno social nos conduz a considerar como não triviais o contexto cultural e tudo que dele decorre: os hábitos compartilhados socialmente, os valores morais que identificam uma coletividade específica, as crenças que a mantém coesa. Durkheim (1985), já no início da constituição da Sociologia como disciplina acadêmica, chamava atenção para o fato social como aquilo que perpassa pelos modos de pensar, agir e sentir; que reverberam sobre os indivíduos, exercendo uma “força” sobre as adaptações as regras socialmente estabelecidas. A educação, por exemplo, é um fato social, pois durante todo esse processo os indivíduos vão se desenvolvendo enquanto sujeitos e preparando-se para a vida em sociedade.

Nesse novo século, temos como tendências (não apenas essas), para as práticas pedagógicas, o uso cada vez mais acentuado das tecnologias digitais da comunicação e informação, como a cultura maker, a gamificação e a realidade virtual, destaque para atividades escolares que busquem, de fato, o protagonismo dos estudantes como, por exemplo, a aprendizagem baseada em problemas. Essas tendências estão sendo implementadas, mesmo que timidamente, em algumas instituições de educação ao redor do mundo.

Nesse cenário, viu-se ainda com mais clareza a necessidade de rever o processo formativo dos professores a fim de atender as demandas curriculares e pedagógicas. Cabe aqui localizar o leitor quanto ao contexto social em que os estudos, aqui apresentados, foram gestados. Trata-se de um período pós-pandêmico em que ainda buscamos adaptações para uma nova realidade decorrente de um fenômeno que acentuou ainda mais as desigualdades sociais tais como o acesso à tecnologia e infraestrutura precária das escolas.

As reflexões tecidas nesta obra, intitulada: “**A Educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências**” trazem algumas discussões cujo foco problematiza a educação em diferentes contextos, inclusive o pandêmico, a Educação Matemática Inclusiva, a formação de professores, entre outros.

Dessa forma, convidamos os interessados nos diferentes fenômenos que compõem a educação enquanto prática social enriquecida pelos múltiplos contextos no qual se desenvolve, a refletir à luz desta obra, suas perspectivas e tendências. Esperamos ainda, que ao explorar esse volume, os estudos nele contido possam promover outras investigações e compartilhamentos sobre as

nuances que compõe a educação. Esperamos ter aguçado sua curiosidade sobre as temáticas aqui apresentadas. Portanto, vamos começar?

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Ismael Santos Lira

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENOMENO SOCIAL: UMA SOCIEDADE EM MUDANÇA	
Oscar Edgardo N. Escobar	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1022225111	
CAPÍTULO 2	14
AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO COMPLEXO DE EDGAR MORIN PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Giulliana Pacheco	
Solange Teresinha Seibel	
Maristela Rosso Walker	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1022225112	
CAPÍTULO 3	22
A FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL: BREVES RELATOS HISTÓRICOS, LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E PRINCIPAIS DESAFIOS NA ATUALIDADE	
Luiz Alberto Rocha de Lira	
José António Marques Moreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1022225113	
CAPÍTULO 4	38
INTERVENCIÓN UNIVERSITARIA PARA EL FORTALECIMIENTO DEL CAPITAL SOCIAL	
Jorge Narciso España Novelo	
Geovany Rodríguez Solís	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1022225114	
CAPÍTULO 5	51
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA: ALGUMAS REFLEXÕES	
Ismael Santos Lira	
Ilvanete dos Santos de Souza	
Américo Junior Nunes da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1022225115	
CAPÍTULO 6	60
AS PRINCIPAIS PATOLOGIAS CAUSADORAS DE BAIXA VISÃO EM UMA UNIDADE EDUCACIONAL ESPECIALIZADA A PARTIR DA AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA VISUAL	
Ronald Cristovão de Souza Mascarenhas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1022225116	
CAPÍTULO 7	72
ANDROCENTRISMO E DESIGUALDADE DA MULHER NA SOCIEDADE	
Cláudia Ramos de Souza Bonfim	

Marcus Vinicius Vital Córdova
 Marielly Barbosa
 Hellen Henfrill Ribeiro dos Santos
 Stefani Penha Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1022225117>

CAPÍTULO 886

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE ACERCA DO USO DE COPOS DESCARTÁVEIS NO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO (DEDC) CAMPUS VII/UNEB

Felix Augusto do Carmo Silva
 Gabriella Eldereti Machado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1022225118>

CAPÍTULO 996

A VIII OLIMPÍADA DE FILOSOFIA NESEF/UFPR E A FORMAÇÃO FILOSÓFICA

Raquel Aline Zanini
 Edson Teixeira de Rezende
 Mayco Aparecido Martins Delavy

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1022225119>

CAPÍTULO 10..... 104

LA PEDAGOGÍA DE NEE EN ESTUDIOS SOCIALES Y CONTABILIDAD PARA LA SALUD SOCIAL Y FINANCIERA

Doris Esther Saltos Morales
 Doris Cecibel Gómez Pesantes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251110>

CAPÍTULO 11116

A MATEMÁTICA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PORCENTAGEM A PARTIR DO COTIDIANO DOS ESTUDANTES

Vanessa Bezerra
 Raquel Angela Speck
 Denis Rogério Sanches Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251111>

CAPÍTULO 12.....141

A MASSA DE MODELAGEM COMO RECURSO COLABORATIVO AO ENSINO DE FRAÇÕES

Audrey Rodrigues dos Santos Dias
 Alice Assis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251112>

CAPÍTULO 13..... 148

ANÁLISI DE LA DEMANDA DEL PROGRAMA DE LICENCIATURA EN

ADMINISTRACIÓN EN LA UAN CAMPUS TEPIC, EN HORARIO NOCTURNO

Arnulfo García Muñoz
 Héctor Manuel Martínez Ruiz
 Ignacio Maldonado Bernal
 Juan Pedro Salcedo Montoya
 Ricardo Gómez Álvarez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251113>

CAPÍTULO 14..... 157**A IMPORTANCIA DO LÚDICO NA APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Patrícia Aparecida da Silva Sales
 Eliane Portalone Crescenti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251114>

CAPÍTULO 15..... 169**IMPORTANCIA DE QUE LOS ALUMNOS DEL NIVEL SUPERIOR DESARROLLEN POTENCIALIDADES QUE FAVOREZCAN SU FUTURO ÉXITO PERSONAL, PROFESIONAL Y EMPRESARIAL. CASO FACULTAD DE CIENCIAS ECONÓMICAS Y ADMINISTRATIVAS EXTENSIÓN SINALOA DE LEYVA**

Juan Miguel Ahumada Cervantes
 Cuauhtémoc Romero Sánchez
 Lenin Orlando Salcido Bastidas
 Rubí Cervantes Leal

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251115>

CAPÍTULO 16..... 179**A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO DOS PROFOP - PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Marcelo Pereira de Oliveira
 Helena Midori Kashiwagi da Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251116>

CAPÍTULO 17..... 201**APRENDIZAJE + SERVICIO: EXPERIENCIA EN TRES COMUNIDADES PRÁCTICA INTEGRADA 2- ACCIÓN COMUNITARIA, PROMOCIÓN DE LOS APRENDIZAJES**

Mónica Palacios Tolvett
 Alejandra Lagos Fernández

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251117>

CAPÍTULO 18..... 214**APONTAMENTOS SOBRE A EJA: ANÁLISE DO FLUXO DE VAGAS E O ACESSO NO RS, INTERFACES DE UM PERÍODO DE NEGAÇÃO DE DIREITOS**

Giselda Mesch Ferreira da Silva
 Mariglei Severo Maraschin

Priscila Rostirola Ritzel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251118>

CAPÍTULO 19.....236

A CONTRIBUIÇÃO DOS JOGOS PARA SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES E/OU TRANSTORNOS DE APRENDIZAGENS

Whilma Miranda de Sousa Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251119>

CAPÍTULO 20250

A CONCEPÇÃO DE CRIANÇA E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

Jarlisse Nina Beserra da Silva

Maritânia dos Santos Padilha

Ana Paula Almeida Ferreira

Jackson Ronie de Sá-Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251120>

CAPÍTULO 21.....263

A APRENDIZAGEM E O ENSINO DE HISTÓRIA NO SÉCULO XXI UM MAPEAMENTO DOS SITES BRASILEIROS QUE SE DEDICAM À HISTÓRIA GERAL

Sergio Roberto Holloway Escobar

Maria do Carmo Amaral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251121>

CAPÍTULO 22268

A ALFABETIZAÇÃO NOS PRIMEIROS ANOS

Joyce Cruz Dias

Josiane Regina Evangelista de França

Terezinha Souza de Oliveira Maciel

Ozeni Souza de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251122>

SOBRE OS ORGANIZADORES275

ÍNDICE REMISSIVO277

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO DOS PROFOP - PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Data de submissão: 08/09/2022

Data de aceite: 01/11/2022

Marcelo Pereira de Oliveira

Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral
Matinhos – Paraná
<https://lattes.cnpq.br/7625867847805975>

Helena Midori Kashiwagi da Rocha

Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral
Matinhos – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/3191052327210152>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo geral avaliar a importância da Educação Ambiental nos programas de formação de professores (PROFOP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná pela perspectiva dos professores e alunos. Intenta-se com esse trabalho acadêmico mostrar a importância da inclusão da temática ambiental nas grades curriculares para atendimento dos requisitos legais e as políticas públicas de Educação Ambiental, definidas em âmbito Federal. A falta de formação de professores com conhecimentos em Educação Ambiental não permite a aproximação da escola, comunidade, meio ambiente ou inclusão da problemática ambiental na estruturação dos

projetos políticos pedagógicos. A Educação Ambiental é uma importante ferramenta para o enfrentamento das crises e problemas ambientais, mas a sua efetivação nas instituições de ensino se depara com inúmeras dificuldades institucionais, infraestrutura e falta de profissionais habilitados para trabalhar de forma integrada nas disciplinas. Essas dificuldades são originadas pelo despreparo dos docentes, gestores escolares, administrativos e pedagogos que não tiveram formação ambiental específica no ensino superior, cursos de formação pedagógica ou nunca realizaram cursos de extensão e formação continuada. O Brasil tem requisitos legais e vasto campo de estudos, além de respaldos internacionais das ONU. Buscou-se com esse trabalho compreender e identificar as deficiências na temática ambiental no processo de formação de professores, por meio dos cursos de formação pedagógica, regulamentados pela Resolução n. 2/97 do Conselho Nacional de Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Professores. Currículo. Meio Ambiente. Capacitação.

THE IMPORTANCE OF INCLUDING ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE CURRICULUM OF PROFOP - TEACHER TRAINING PROGRAMS

ABSTRACT: This article has the general objective of evaluating the importance of Environmental Education in teacher training programs (PROFOP) at the Federal Technological University of Paraná from the perspective of teachers and students. This academic work intends to present the importance the environmental theme in the curricula to meet the legal requirements and public policies of Environmental Education, defined at the Federal level. The lack of training of teachers with knowledge in Environmental Education does not allow the approach of the school, community, environment or the inclusion of environmental issues in the structuring of pedagogical political projects. Environmental Education is an important tool for facing environmental crises and problems, but its implementation in educational institutions is faced with numerous institutional difficulties, infrastructure and lack of qualified professionals to work in an integrated way across disciplines. These difficulties are caused by the unpreparedness of teachers, school managers, administrators and pedagogues who did not have specific environmental training in higher education, pedagogical training courses or never took extension and continuing education courses. Brazil has legal requirements and a vast field of studies, in addition to international support from the UN. The aim of this work was to understand and identify the deficiencies in the environmental theme in the process of teacher training, through pedagogical training courses, regulated by Resolution n. 2/97 of the National Education Council.

KEYWORDS: Teachers. Resume. Environment. Empowerment.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo é um recorte da pesquisa concluída em 2015 para a Especialização em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis da Universidade Federal do Paraná. O objetivo deste estudo é apresentar a importância da inclusão da Educação Ambiental (EA) no currículo do Programa de Formação de Professores (PROFOP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Esta investigação retrata o cenário daquela época da realização da pesquisa, cujos parâmetros de análise retratam aquele período em que se identificou fragilidades na formação pedagógica dos professores em temáticas ambientais.

A Educação Ambiental é uma importante ferramenta para o enfrentamento das crises e problemas ambientais, mas a sua efetivação nas instituições de ensino tem se deparado com inúmeras dificuldades institucionais, infraestrutura e falta de profissionais habilitados para trabalhar de forma integrada e interdisciplinar nas diversas disciplinas. Essas dificuldades refletem a falta de qualificação e despreparo dos docentes, gestores escolares, administrativos e pedagogos, os quais não tiveram formação na área ambiental no ensino superior, em cursos de formação pedagógica ou nas formações continuadas.

A falta de formação de professores com conhecimentos em Educação Ambiental é um dos entraves para a inclusão da problemática ambiental na estruturação dos projetos

políticos pedagógicos nas escolas e na aproximação da escola-comunidade. Os PROFOP e os cursos de formação pedagógica não têm contemplado a temática ambiental nos seus currículos de forma a habilitar os professores e atender as exigências legais no âmbito federal das políticas públicas de Educação Ambiental. Essa fragilidade curricular tem refletido em uma formação deficiente para aqueles que buscam a licenciatura plena e qualificação para uma atuação interdisciplinar em vários campos disciplinares.

Este estudo não tem a intenção de propor soluções para os problemas do sistema de ensino ou apontar incoerências nas políticas públicas, mas apresentar a partir do olhar de professores e alunos, alguns dados e informações relevantes para compreender a importância da inclusão da Educação Ambiental na grade curricular nos cursos de formação de professores. Diante do cenário atual de crises ambientais é fundamental que os professores sejam capacitados para a construção de uma consciência ambiental, conforme estabelecem as normativas legais, políticas e de literatura que abordam a temática ambiental.

2 | FUNDAMENTOS TEÓRICOS E LEGAIS

Atualmente, a principal política pública no Brasil que norteia a Educação Ambiental no campo da Educação é a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), sancionada pela Lei 9795/99, a qual define estratégias e mecanismos para o enfrentamento das crises ambientais a partir do processo educativo. Com a PNEA o país passou a articular medidas educativas, políticas, científicas, jurídicas, e, econômicas, para a proteção, preservação, recuperação e Educação no processo de construção das sociedades sustentáveis. Efetivou-se a Educação Ambiental nos espaços escolares e demais setores da sociedade civil e do Estado.

Ao poder público coube definir políticas públicas para incorporar a dimensão ambiental e promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. A Educação Ambiental tornou-se uma ferramenta para a mudança social e consciência ambiental. A PNEA incentivou as práticas de Educação Ambiental, mas tem enfrentado vários obstáculos na sua efetivação por causa de outros fatores que caminham junto com a problemática ambiental, como injustiça social (urbana, rural), reforma agrária, crescimento econômico, desestrutura educacional, ocupações irregulares, entre outras questões sociais que vão contra a efetividade das ações do poder público.

A Lei 9795/99 quando instituída estabeleceu no art. 8º que as atividades vinculadas à PNEA, destacam a formação de recursos humanos para o desenvolvimento das ações de Educação Ambiental. Mesmo sendo um requisito legal, o processo de implantação da temática ambiental nos currículos escolares, está seguindo em processo lento devido a desinformação dos preceitos do PNEA e falta de mobilização, fiscalização e monitoramento do Ministério de Educação e Secretarias de Educação nas instituições de ensino para fazer

cumprir as exigências da Política Nacional de Educação Ambiental.

Educação Ambiental nas Instituições de Ensino

A efetivação da Educação Ambiental nas instituições de ensino está sendo um desafio no sistema educacional brasileiro. A configuração da escola brasileira está pautada em currículos conteudistas que confinam os alunos e professores em salas de aulas e não permite a comunidade escolar entender, compreender e usufruir do campo social, cultural, econômico e ambiental da comunidade na qual estão inseridos.

A escola ainda é uma instituição necessária, pois nela os indivíduos passam um tempo significativo de suas vidas, embora muito distantes da apropriação dos significados sociais expressos nos conteúdos escolares. É necessário, portanto, partir dessa realidade e estabelecer uma transição que possibilite a construção de significados, reelaborada à luz de uma perspectiva de Educação emancipadora, com vistas a gerar novas possibilidades pedagógicas que superem o distanciamento e a ausência de sentidos tão presentes no cotidiano escolar e nas relações entre seus principais agentes: professor e estudantes. (MENDONÇA, 2015, p.4)

Com todas as ações e excelentes programas ambientais instituídos no país, a abordagem da temática ambiental, ainda se depara com interferências e problemas das instituições de ensino como a falta infraestrutura, projetos políticos pedagógicos sem a descrição de ações ambientais e profissionais despreparados para integração da Educação Ambiental nos currículos escolares. A Educação Ambiental deve ser um componente essencial e permanente da Educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Entende-se por Educação Ambiental no ensino formal aquela desenvolvida de forma presencial ou à distância, no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente, englobando: I) Educação Básica: a) Educação infantil; b) ensino fundamental; c) ensino médio. II - Educação superior; III - Educação especial; IV - Educação profissional; V - Educação de jovens e adultos; VI - Educação de comunidades tradicionais como quilombolas, indígenas, faxinalenses, ribeirinhas, de ilhéus, dentre outras. (BRASIL, 1999 p.3).

A Educação Ambiental é considerada um requisito legal e deve ser integrada em todas as modalidades de ensino do sistema educacional brasileiro. Atualmente as escolas não estão preparadas para aderirem de forma prática e pedagógica a concepção da Educação Ambiental, que permita aos educandos e educadores ampliar conhecimentos, atitudes, percepções e valores ambientais para Educação e desenvolvimento sustentável. As instituições de ensino urbanas e rurais, independentemente do nível de formação são campos práticos para a efetivação da Educação Ambiental, pois permite à comunidade escolar maior aproximação das comunidades, realidade ambiental e social, poluição industrial e acesso aos recursos naturais e a biodiversidade nativa que rodeiam os

ambientes escolares. Além da falta de profissionais qualificados para a integralização da temática ambiental nos currículos escolares, outros agravantes são os projetos políticos pedagógicos que não abordam a temática ambiental na fase de planejamento e estruturação do documento.

Operacionalizar a Educação Ambiental incorporando-a ao projeto político-pedagógico e adequando-a a realidade local da comunidade escolar? É um dilema que infelizmente a PNEA não resolve, mas a partir de seus princípios e objetivos é possível extrair algumas diretrizes comuns, como a visão da complexidade da questão ambiental, as interações entre ambiente, cultura e sociedade, o caráter crítico, político, interdisciplinar, contínuo e permanente. E além dessas diretrizes comuns, existem aspectos da Educação e da dimensão ambientais que podem ser desenvolvidos em cada nível e modalidade da Educação formal. (UNESCO, 2007, p.12)

A Educação Ambiental como ferramenta para a mudança social, comportamental e de relações homem e meio ambiente, está diante da complexidade da gestão escolar que distorce a obrigatoriedade das políticas e programas de Educação Ambiental. Dessa forma educandos, docentes não conseguem construir conhecimentos a partir da realidade ambiental e social na qual estão inseridos, isso demonstra que existe um afastamento entre a escola, e comunidade nas relações com o meio ambiente.

Quando analisamos a escola, vemos o distanciamento entre o sentido que estudantes e professores lhe atribuem e seu significado histórico. As condições objetivas dessa instituição, hoje, desmobilizam, comprometem as ações dos sujeitos históricos, especialmente na escola pública, no desenvolvimento do trabalho pedagógico com: sucateamento de infraestrutura; superlotação das salas de aulas; baixos salários de professores e funcionários; ausência de um projeto político-pedagógico; enfim, elementos presentes há muito tempo no cotidiano escolar. (MENDONÇA, 2015.p.4).

A aproximação da escola, comunidade e meio ambiente será possível a partir da formação continuada dos educadores, licenciandos, pedagogos e gestores escolares com a temática ambiental. Outro fator relevante é a inclusão da problemática ambiental na estruturação dos projetos políticos pedagógicos, pois o documento define os objetivos e propostas de ações pedagógicas e sociais da escola, ele reflete a identidade das instituições de ensino e os caminhos que a comunidade escolar seguirá para a construção do conhecimento.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN)

Os Parâmetros curriculares nacionais foram aprovados em 1997 pelo Conselho Nacional de Educação, seu objetivo era reduzir fragmentação dos currículos escolares com a implantação dos temas transversais. Os temas transversais foram divididos em seis temas: Ética, Pluralidade Cultural, (Trabalho, Consumo, Cidadania), Saúde, Orientação

Sexual e Meio Ambiente. A atribuição desses temas era propiciar um projeto interdisciplinar na escola, de acordo com uma problemática estabelecida na instituição de ensino ou na comunidade, então o tema transversal que está interligado com a problemática, passa ser trabalhado nas disciplinas para ampliar a discussão do problema na escola e em suas adjacências.

Os PCN se constituem em um subsídio para apoiar a escola na elaboração do seu projeto educativo, inserindo procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar, bem como a necessidade de tratar de alguns temas sociais urgentes, de abrangência nacional, denominados como temas transversais. (BRASIL, 2007 p.14).

Os temas transversais definidos nos PCN estão ligados a assuntos que repercutem na sociedade e estão presentes no cotidiano das pessoas. Na estrutura dos PCN e seus temas transversais está incluído o meio ambiente. A inclusão da temática ambiental nos PCN, constitui como subsidio de apoio as escolas na elaboração de projetos educativos que incluam ações, procedimentos, atitudes e valores ambientais no contexto escolar para a preservação ambiental. A abordagem do tema transversal, meio ambiente, tem por finalidade desenvolver e estimular alunos e professores a discutir os problemas ambientais na escola e comunidade para que no processo de formação e construção conhecimento, esses estejam aptos para atuar na realidade sócio ambiental que estão inseridos.

Os conteúdos de Meio Ambiente serão integrados às áreas numa relação de transversalidade, pois serão tratados nas diversas áreas de conhecimento, de modo a impregnar toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criar uma visão global e abrangente da questão ambiental. É preciso que o aluno compreenda as múltiplas dimensões dos problemas ambientais, para além da segmentação do saber em disciplinas, visualizando os aspectos físicos e histórico-sociais, assim como as articulações entre as escalas local e planetária desses problemas (BRASIL, 1997, p. 84).

O tema transversal meio ambiente no processo educativo está relacionado à Educação Ambiental, principal ferramenta para disseminar informações sobre a temática ambiental em todos os níveis de Educação formal e informal. A Educação Ambiental quando correlacionado com outras disciplinas, permite aos educandos e docentes a reflexão e discussão sobre os problemas ambientais globais e locais a partir da sua realidade. O estímulo a reflexão, permite induzir os alunos a pratica da Educação Ambiental para o enfrentamento das questões socioambientais da atualidade e mundo contemporâneo.

A promulgação da PNEA e a publicação dos PCN contribuíram para abrir novos espaços institucionais para o tratamento do tema, embora ainda incipientes, visto que a Educação Ambiental ainda não está incorporada à estrutura, às políticas e programas dos sistemas de ensino. Conseqüentemente, o trabalho de Educação Ambiental assume um caráter esporádico e intermitente. (BRASIL, 2002 p.73).

A proposta do PCN seria incluir nas rotinas escolares a prática da Educação Ambiental emancipatória por meio de projetos ambientais e ações concretas em prol da

preservação ambiental almejando em longo prazo a redução da poluição ambiental a partir de atitudes sustentáveis. Por falta de entendimento, conhecimento e despreparo dos professores com a temática ambiental, as ações ambientais nas escolas são pontuais e superficiais, pois ainda estão ligadas a comemorações como (Dia da água, Meio Ambiente, Arvore) ou em ações simples que muitas vezes incompreendidas pela comunidade escolar como a coleta seletiva.

A Educação Ambiental, conforme descrita nos PCN seriam atividades e projetos coerentes, como o reaproveitamento de água, eficiência energética nos ambientes escolares, hortas orgânicas, compostagens que permitissem aos alunos a interagir a matemática com o custo da redução da água e energia, ciências e biologia no processo de compostagem e construção das hortas orgânicas, poluição ambiental no ensino de geografia e história. Devido à falta de infraestrutura nas escolas e estímulo dos professores e gestores escolares por despreparo, os PCN tornaram-se apenas uma obrigatoriedade com respaldo legal, sem ações prática e realista que transformem a comunidade escolar e seu entorno.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)

A promulgação da Lei nº 9.394 de 20/12/1994 que aprova a Lei de diretrizes e bases da Educação nacional, marca uma mudança no processo educacional brasileiro. Essa política pública teve por objetivo estabelecer as diretrizes bases da Educação para assegurar o processo de formação do cidadão brasileiro da Educação Básica ao ensino superior, para que esse possa compreender o ambiente social, natural e tecnológico. A LDB (1996) permitiu a estruturação da Educação no Brasil, definindo as responsabilidades entre a União, Estados, Municípios e iniciativa privada através dos sistemas de ensino que foram divididos em Federais (Ensino Superior), Estaduais (Ensino Médio) e Municipais (Infantil e séries Iniciais).

A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL,1996 p.1).

No contexto da Educação Ambiental a LDB (1996), faz poucas menções sobre esse processo educacional e a questão ambiental. Ela estabelece que no processo de formação do cidadão, esses devem adquirir conhecimentos para a compreensão do ambiente natural, sendo que no ensino fundamental e médio devem compreender e adquirir conhecimentos do mundo físico e natural e no ensino superior devem adquirir conhecimentos sobre o entendimento dos seres humanos e o meio em que eles vivem. Assim, faz entender que a Lei define a inserção de assuntos ambientais (Educação Ambiental) como prática necessária em todos os sistemas ensinos para a compreensão da interação meio ambiente, sociedade e tecnologia. A LDB (1996) descreve os requisitos para compreensão ambiental dos educandos, mas não estabelece a inclusão

dos temas ambientais no processo de formação inicial ou continuada dos professores.

Os cursos de bacharelado e licenciatura, em sua grande maioria, não incorporaram a Educação Ambiental às suas diretrizes curriculares. Além disso, a formação inicial dos professores ainda alimenta uma prática de ensino fragmentada e descontextualizada da realidade em que irão atuar. Essa situação acentua a necessidade de formação em serviço dos professores para trabalhar com o tema meio ambiente, enfocando não só questões metodológicas, como também o aprendizado dos conteúdos da temática. (BRASIL, 2002, p.73)

Essas lacunas na LDB (1996), propiciam as instituições de ensino para não incluírem a Educação Ambiental no processo de formação de professores e esses não adquirirem conhecimentos sobre as questões ambientais na sua formação inicial, continuada e programas de formação pedagógica. A falta da inclusão da Educação Ambiental no processo de formação dos professores na LDB gera contradição com PNEA que define a,

A Dimensão ambiental deve constar nos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental. (BRASIL, 1999, p.3)

Neste contexto aparentemente há contradições entre as legislações, possibilita as instituições de ensino a não incluírem assuntos ambientais nas grades curriculares, principalmente nos cursos de formação pedagógica e licenciaturas que preparam os profissionais para atuarem na Educação básica.

Não basta, para fazer jus à complexidade da Educação Ambiental, reduzir a formação dos professores a certas técnicas e informações que lhes permitam ser um “agente sensibilizador” sobre a questão ambiental. É preciso que eles estejam preparados para, a começar do ponto de vista de sua disciplina, os professores, para essa capacitação, deverão ter acesso a materiais, cursos e experiências que lhes demonstrem essa possibilidade de sua disciplina produzir uma contribuição à questão ambiental. (BRASIL, 2002 p.47)

Portanto, essa contradição nas Leis causa inúmeras interferências nos contextos escolares, causando falhas no processo de implantação da Educação Ambiental, pois os docentes são os principais agentes de difusão de informações e construtores do conhecimento e estão despreparados para lecionar assuntos ambientais de forma integrada com as disciplinas dos currículos escolares.

Programas de formação de professores (PROFOP)

O PROFOP Programa de Formação de Professores é um programa de formação pedagógica que visa habilitar bacharéis e tecnólogos para o exercício da docência em

disciplinas do currículo que integram os sistemas de ensino e currículos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação profissional de Nível Médio. O Programa Especial de Formação Pedagógica faz parte de uma iniciativa do Governo Federal em promover e incentivar a formação de professores no Brasil e contribuir para uma melhor formação pedagógica desses profissionais.

A base legal do PROFOP está na LDB (1996) no art. 63 alínea II - Os institutos superiores de Educação manterão programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de Educação superior que queiram se dedicar à Educação Básica e na Resolução nº 2/97 do Conselho Nacional de Educação, que estabelece a estruturação curricular, articulada nos seguintes núcleos: núcleo contextual, núcleo estrutural e núcleo integrador. Conforme estabelecido por Brasil (1997) o núcleo contextual busca propiciar a compreensão do processo ensino - aprendizagem e de todos os mecanismos que envolvem a organização e estruturação de uma instituição de ensino no contexto geral onde ela está inserida. O núcleo estrutural visa oportunizar ao professor a aquisição de competências e habilidades dos conteúdos curriculares (organização sequencial, avaliação e integração de disciplinas, métodos ensino aprendizagem) para o exercício das atividades inerentes à sala de aula.

O núcleo integrador é centrado em problemas concretos, sua finalidade é desenvolver o planejamento multidisciplinar objetivando uma visão global da realidade na qual está inserida a prática do professor nas diferentes áreas do conhecimento. Segundo Brasil (1997) estes programas destinam-se a suprir a falta de professores habilitados nas escolas, em determinadas disciplinas e localidades, em caráter especial. De acordo com a UTFPR (2012) o PROFOP tem por finalidade preparar e habilitar o profissional para:

- a) exercer a profissão de professor, de acordo com os princípios e fundamentos filosóficos, sociológicos e psicopedagógicos, empregando de forma adequada os recursos tecnológicos, no processo educacional e de gestão do sistema escolar;
- b) articular os conteúdos curriculares, sua organização, avaliação e integração com outras disciplinas, os métodos adequados ao seu desenvolvimento bem como sua adequação ao processo ensino-aprendizagem;
- c) identificar os problemas do cotidiano escolar, analisando-os e propondo alternativas para solucionar a partir de diferentes perspectivas teóricas, por meio de projetos multidisciplinares.

O PROFOP como curso de formação pedagógica que habilita profissionais para atuarem na docência dos sistemas de ensino estaduais, não contempla a temática ambiental em seus núcleos de formação (contextual, estrutural e integrador), contradizendo as políticas públicas de Educação Ambiental. De acordo com o PNEA (1999) a dimensão ambiental deve constar nos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas. Outra contradição está relacionada com a LDB (1996) que define

que os educandos do ensino fundamental e médio devem adquirir conhecimentos para a compreensão do ambiente natural e social.

Essa mesma Lei estabelece a formação pedagógica e atribui às modalidades de ensino a compreensão ambiental, mas não inclui em seu texto a temática ambiental na formação dos professores. Isso causa falhas na integração da Educação Ambiental no processo de formação dos alunos do ensino fundamental, médio e Educação profissional que possuem vários bacharéis e tecnólogos que se licenciaram em cursos de formação pedagógica. Para Brasil (2002) o debate ambiental ainda não chegou aos cursos de formação de professores, tampouco tem conseguido estar presente nos momentos-chave da organização do trabalho educativo na escola.

Essa deficiência é atribuída às grades curriculares dos cursos de formação pedagógicas e licenciaturas, além do despreparo dos docentes com as questões ambientais, assim é gerado uma reação em cadeia formando professores sem conhecimentos e concepções sobre a Educação Ambiental e esses formarão cidadãos despreparados para a interação ambiental, social e tecnológica na sociedade. O despreparo do professor com as questões ambientais na formação inicial ou continuada não permite aos docentes serem agentes transformadores, conforme estabelece os preceitos legais da Educação Ambiental e da Educação nacional.

A ausência de assuntos voltados ao meio ambiente nos cursos de formação pedagógica cria barreiras no processo de construção do conhecimento nas escolas, pois os professores não conseguem se aproximar da comunidade interna e externa a escola ficando impedidos da reflexão e diálogo sobre as questões ambientais, por falta de informação e conhecimento sobre o tema. O despreparo desses docentes, dificilmente encontrarão ferramentas para discutir a problemática ambiental com os alunos, conforme expõe Freire (1996) por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Os cursos do PROFOP são realizados com a carga- horária de 540 a 800 horas, incluído disciplinas pedagógicas, libras, psicologia da Educação e deixa de fora dos temas relevantes para a Educação brasileira estabelecidos em Políticas Públicas da União como a Educação Ambiental e Educação para os Direitos Humanos.

Disciplina	Carga Horária
COTIDIANO ESCOLAR	30
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE	50
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	70
GESTÃO EDUCACIONAL	50
LIBRAS 1	30
LIBRAS 2	30
METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO	30
OFICINA 2	10
OFICINA 3	10
OFICINAS 1	10
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	100
PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	70
PROFISSÃO PROFESSOR	50
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60
SEMINÁRIOS DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS	100
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	40
TEORIA DO CURRÍCULO	40
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	800

FIGURA 1 - Estrutura curricular do PROFOP

Fonte: UTFPR (2015).

MATRIZ CURRICULAR - CURSO DE PROFOP					CH	
PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES PARA AS DISCIPLINAS DO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL DO ENSINO MÉDIO E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM NÍVEL MÉDIO (PROFOP)						
PERÍODO	EIXOS TEMÁTICOS NÚCLEOS	CONTEXTOUAL (FUNDAMENTOS, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO)	ESTRUTURAL (FUNDAMENTOS, CONTEÚDOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS)	INTEGRADOR (PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA SUPERVISIONADA)	510h	
1º	SOCIEDADE E ESCOLA: PROJETO E PRÁTICA PEDAGÓGICA	Fundamentos da Educação 60h Políticas Públicas, Organização e Funcionamento de Educação Básica 60h	Escola, Currículo e Conhecimento 60h Organização do Trabalho Pedagógico 60h	Pesquisa em Educação 60h Prática Pedagógica Supervisionada I 100h		510h
2º	AÇÃO DOCENTE, PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E IDENTIDADE DO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO	Psicologia de Educação Teorias da Aprendizagem 60h	Didática Aplicada à Área do Conhecimento 60h	Projetos Interdisciplinares de Ensino/Interculturalização 60h Tópicos Especiais: Ética Profissional 60h Prática Pedagógica Supervisionada II 100h	300h	
TOTAL		240h	240h	120h	300h	900h

FIGURA 2 - Estrutura curricular do PROFOP

Fonte: SIGNORELLI (2015).

Analisando essa falha no processo desses cursos de formação pedagógica, sugere-se a partir desse trabalho acadêmico a inclusão da temática ambiental nessas grades curriculares para atendimento dos requisitos legais e as políticas públicas de Educação Ambiental, definidas em âmbito federal pela União. A ausência desse tema provoca falhas na formação de profissionais desabilitados para realizar a integração da EA nos contextos escolares para a reflexão dos problemas e crises ambientais que assolam as comunidades em que os alunos estão inseridos.

3 | METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho é classificado como uma pesquisa básica e tem caráter exploratório com levantamento em campo, sendo voltada à aquisição de novos conhecimentos com vistas a compreender e propor soluções para as lacunas dos cursos formação pedagógicas em relação às políticas públicas relacionadas à Educação Ambiental. A pesquisa exploratória para Gil (2007) é desenvolvida com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Esse tipo de pesquisa pode envolver levantamento campo, bibliográfico e entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado.

Segundo Neto e Gomes (1994), o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguir não só uma aproximação com aquilo que se deseja conhecer e estudar, mas também criar um conhecimento, partindo da realidade onde se encontram os objetos de estudo. O foco da pesquisa foi buscar informações sobre a importância da Educação Ambiental no curso de formação pedagógica (PROFOP), levando em consideração a opinião dos professores e alunos do curso em andamento no ano de 2015 para entender a necessidade da abordagem da temática ambiental nas grades curriculares desses cursos. O levantamento das informações, para a análise dos resultados, foi realizado

através de dois questionários que foram direcionados para os alunos e professores do PROFOP de uma instituição da região de Curitiba.

Em complemento ao levantamento de campo, foram realizadas coleta e levantamento de informações em livros, apostilas, monografias, dissertações, teses, sites do MEC e MMA, contato com professores e alunos. As informações adquiridas nas literaturas serviram para a composição da fundamentação teórica, possibilitando a aquisição de novas informações sobre a ausência da Educação Ambiental e dificuldades de compreensão dos assuntos relacionados ao meio ambiente por parte de professores e alunos dos cursos de formação pedagógica, estabelecido pela Resolução N°2 do CNE-Conselho Nacional de Educação.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para o levantamento das informações foram realizadas entrevistas, com uma amostra de 25 alunos de um total de 44 alunos, totalizando 57% de alunos. As entrevistas foram realizadas em uma turma do curso iniciada em 2014, então significa que os dados não se referem a todos os alunos do PROFOP da instituição, pois existem demais turmas que iniciaram antes de 2014. O primeiro item pesquisado foi o sexo dos trabalhadores conforme Figura 3, e foi constatado que a maioria dos entrevistados são do sexo feminino com 84% para 16% do sexo masculino. A presença feminina é predominante nos cursos de formação pedagógica, pois no Brasil a procura pela docência e licenciatura, ainda são realizadas pelo sexo feminino, inclusive no PROFOP. Assim demonstra que os cursos de formação pedagógica são do sexo feminino com poucos homens que buscam mais oportunidades nos ambientes industriais do que nos meios acadêmicos.

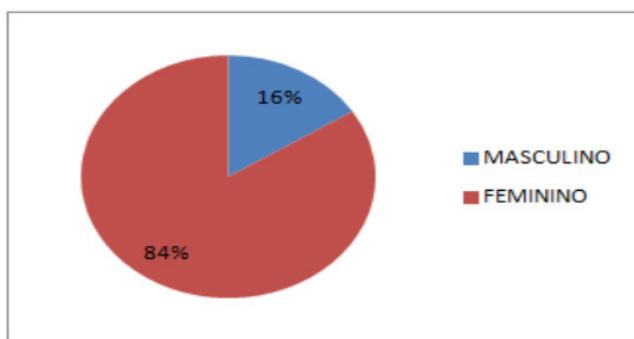


FIGURA 3 - Sexo dos Alunos

Fonte: Autor (2015).

Em relação ao nível de escolaridade, conforme demonstrado na Figura 4 60% possuem somente o curso de superior, 28% especialização/aperfeiçoamento, 8 %

mestrado/Doutorado e apenas 4% da amostra frequentaram cursos de formação de docentes ou magistério no ensino médio. Nesse item foi identificado que a maioria dos alunos só possuem o curso superior e em seus relatos também informaram que não tiveram contato com a Educação Ambiental durante os cursos de graduação. Dos 28% que realizaram especialização/aperfeiçoamento, apenas 4% realizaram especialização na temática ambiental e foi para complementar os cursos de biologia e engenharia ambiental. Nota-se que os alunos que tem mais familiaridade com as questões ambientais são os que realizam especialização ou fizeram cursos ligados ao meio ambiente, sendo ausente para os bacharéis e tecnólogos ligados a ciências humanas, exatas, aplicadas ou ciências aplicadas que estão fazendo os cursos de formação pedagógica em busca da licenciatura.

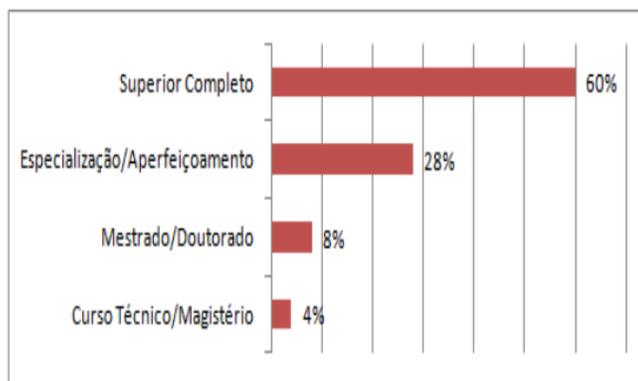


FIGURA 4 - Nível de Escolaridade

Fonte: Autor (2015).

Foi abordado também na pesquisa, o tempo de vínculo dos alunos com a Educação e atuação como professores. O resultado desse item, demonstrado na Figura 5, constatou-se que 56% da amostra não atuam como professores e nunca tiveram contato com a licenciatura. A formação pedagógica é um meio para adquirir experiência para a inclusão na área educacional, pois conta pontos para os processos seletivos simplificados. A área de Educação está sendo um escape para os profissionais de diversas áreas do conhecimento que atuavam nos ambientes industriais ou não conseguiram atuação na sua área de formação. A ausência da temática ambiental, disciplinas similares nos PROFOP e pouca experiência na área educacional dos egressos, propiciam a formação de professores sem conhecimentos ambientais para atuação nos ambientes escolares, causando assim sérios impactos na formação dos seus futuros alunos.

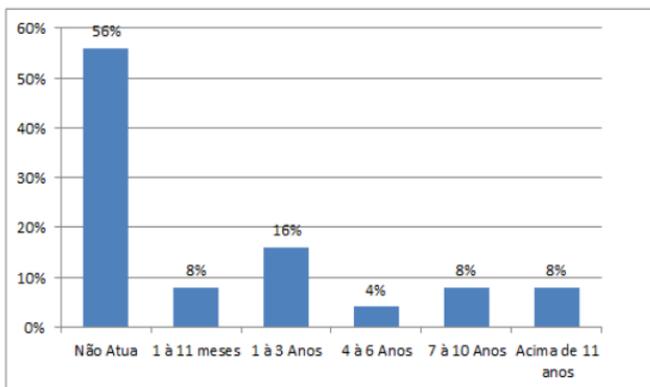


FIGURA 5 - Tempo de Atuação como Professor

Fonte: Autor (2015).

De acordo com a Figura 6, a busca pela formação pedagógica pelos bacharéis, tecnólogos está concentrada as áreas das ciências sociais aplicadas 44% (administradores, economistas, marketing, ciências contábeis e outros) que buscam a licenciatura em matemática ou Educação profissional. Nas ciências da saúde 32% (Zootecnia, Biologia, Química, Educação Física, Enfermagem) buscam a licenciatura como o complemento aos cursos de bacharéis que foram à primeira opção durante o ensino superior. As engenharias 4% e ciências exatas 12% que sempre foram áreas destinadas aos ambientes industriais, estão buscando os cursos de formação pedagógica para a inserção na área da Educação nas disciplinas de matemática, informática e Educação profissional.

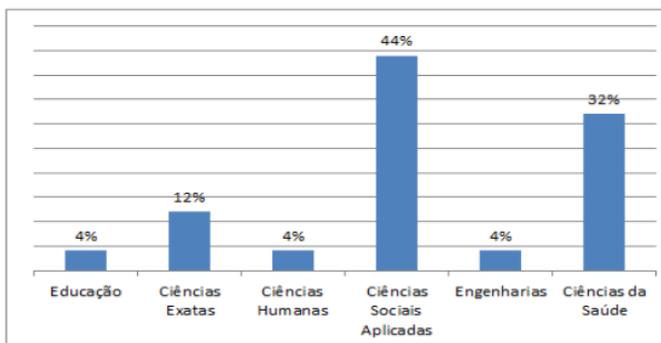


FIGURA 6 - Área de Formação (Ensino Superior)

Fonte: Autor (2015).

Outro fator levantado na pesquisa foi o motivo da escolha e inserção na área educacional para atuar como professor. Na Figura 7 demonstra que a motivação dos alunos é contribuir com a sociedade (33%) na construção do conhecimento e transferência

de informação. Outro fator determinante na escolha são as flexibilidades horários e complemento da renda que somam 40% da amostra pesquisada. Outros 16% escolheram a formação de professor por não conseguirem colocação na sua área de formação, no caso ciências sociais aplicadas que foi a área de formação mais identificada na amostra pesquisada.

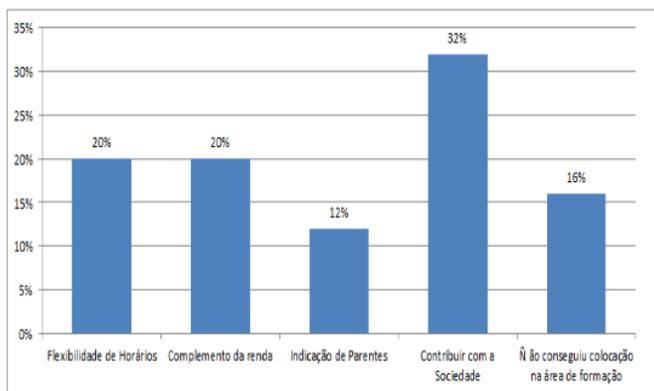


FIGURA 7 - Porque escolheu ser Professor?

Fonte: Autor (2015).

Considerando características dos alunos da formação pedagógica, foram identificadas informações importantes sobre os futuros professores e seus conhecimentos ligados a temática e conceitos ambientais, como também processos relativos à Educação Ambiental, conforme a seguir na Figura 8. Os alunos foram questionados sobre a importância da Educação Ambiental no PROFOP, 80% considera importante a inserção da disciplina no curso. Por outro, lado 20% dos alunos consideram que não é importante a inserção nos cursos e esse assunto deve ser discutido em outros cursos de especialização na área ambiental. As respostas de que não precisa a EA nos cursos, partiu de alunos que obtiveram informações sobre as questões ambientais em suas graduações, como biologia. Os que consideram importante a inclusão da temática ambiental nos cursos, são alunos com formação em ciências sociais aplicadas, segundo eles não tiveram contato com a temática ambiental nos cursos de graduação. Portanto, a maioria dos alunos considera importante a temática ambiental nos PROFOP, mas atualmente esses cursos não suprem essas necessidades por não possuir disciplina específica ou de forma integrada assuntos voltados à preservação e conscientização ambiental.

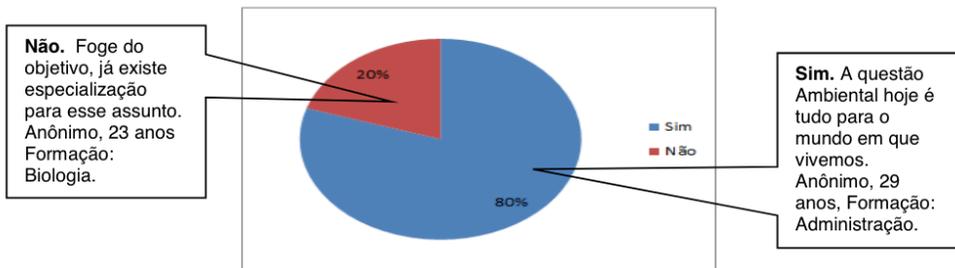


FIGURA 8 - Importância da Educação Ambiental na grade do PROFOP

Fonte: Autor (2015).

Como futuros professores foi direcionada uma pergunta em relação a Educação Ambiental, sobre como o tema deveria ser ministrado na Educação básica. Na Figura 9 aponta que 68% acreditam que a EA deveria ser ministrada de forma integrada com outras disciplinas dos currículos escolares e outros 32% consideraram que a EA deve ser ministrada como disciplina específica nos ambientes escolares. A maioria dos alunos considera importante a integração da Educação Ambiental a outras disciplinas. Como não há a temática ambiental nos cursos de formação pedagógica, os futuros professores não obterão conhecimentos e informações para a integralização das questões ambientais nas suas licenciaturas, adquiridas por meio do PROFOP.

Na Figura 10 é apresentado a participação dos alunos do PROFOP em cursos relacionados a Educação Ambiental. Da amostra pesquisada 68% nunca realizaram cursos de Educação Ambiental e 38% tiveram a oportunidade de realizar cursos de extensão, livres e especialização em Educação Ambiental.

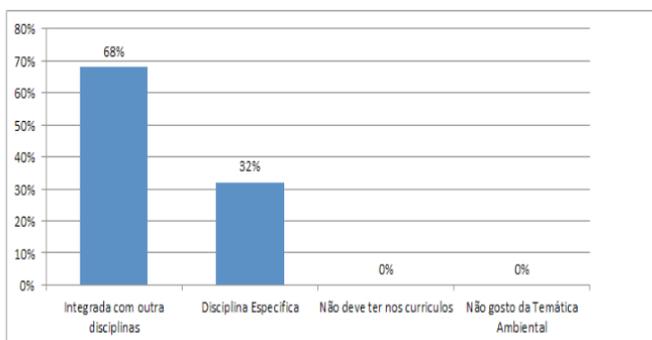


FIGURA 9 - Educação Ambiental e Educação Básica

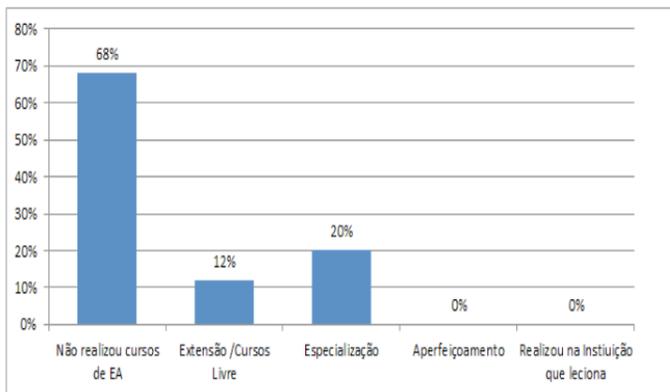


FIGURA 10 - Participação em cursos de Educação Ambiental

Fonte: Autor (2015).

Outro questionamento realizado para os alunos foi em questão a importância da Educação Ambiental na sociedade Educação. Conforme a Figura 11, 68% dos alunos responderam que é importante em todos os níveis de Educação e 12% acreditam que é importante para as gerações futuras. Por desconhecerem a temática e a políticas públicas de Educação Ambiental, 20% responderam que a Educação Ambiental é importante somente na Educação infantil.

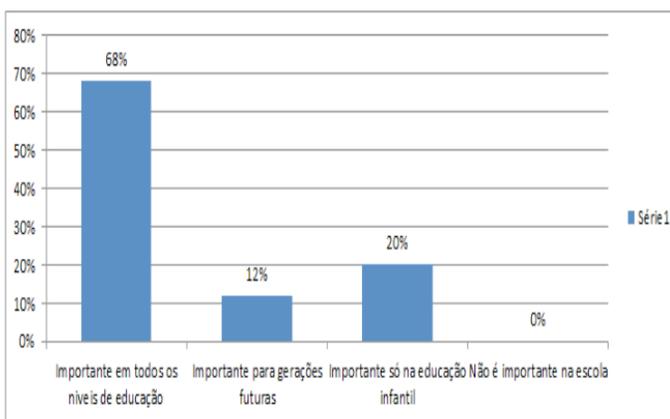


FIGURA 11 - Importância da Educação Ambiental na sociedade

Fonte: Autor (2015).

Na sociedade muitos são os conceitos utilizados para definir as relações e consequências do homem com a natureza. Uns desses conceitos são os de aspectos e impactos ambientais. Em relação a esses conceitos foi perguntado aos alunos se eles

conheciam, pois esses conceitos estão diretamente relacionados ao cotidiano e rotinas das sociedades e podem ser relacionados em quaisquer disciplinas ou áreas do conhecimento. Na Figura 12 apresenta que 62% dos alunos não conhecem os conceitos de aspecto e impacto, isso demonstra que sem a Educação Ambiental nesses cursos os futuros professores não poderão fazer relação que um aspecto (ex: resíduos) podem causar impactos ambientais (poluição solo/água) e não terão a noção de associar esses conceitos a suas disciplinas.

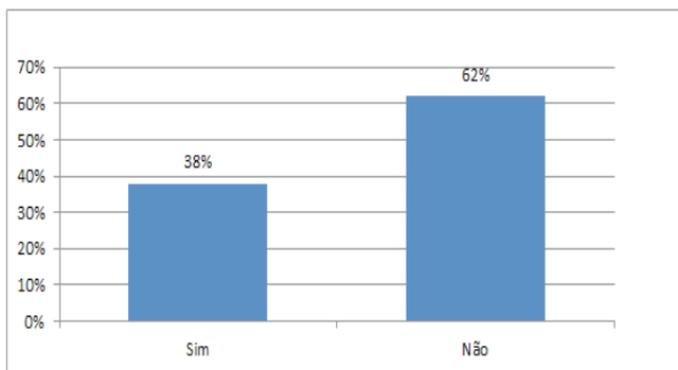


FIGURA 12 - Conceito de Aspecto e Impacto Ambiental

Fonte: Autor (2015).

Nos ambientes escolares está crescendo a demanda de projetos de Educação Ambiental para redução de energia, reaproveitamento da água, compostagem de resíduos que propiciem melhoria da problemática ambiental nas escolas. Os alunos do PROFOP foram questionados se já tinham participado de projetos de Educação Ambiental. Na Figura 13 observa-se que 52% relataram que nunca participaram de projetos ambientais. Com essa crescente demanda, esses profissionais saíram com pouco conhecimento para o desenvolvimento de projetos. Caso tivesse disciplinas relacionadas as questões ambientais, os alunos do PROFOP poderiam desenvolver atividades e projetos durante o curso para se familiarizar com a elaboração e implantação de projetos ambientais.

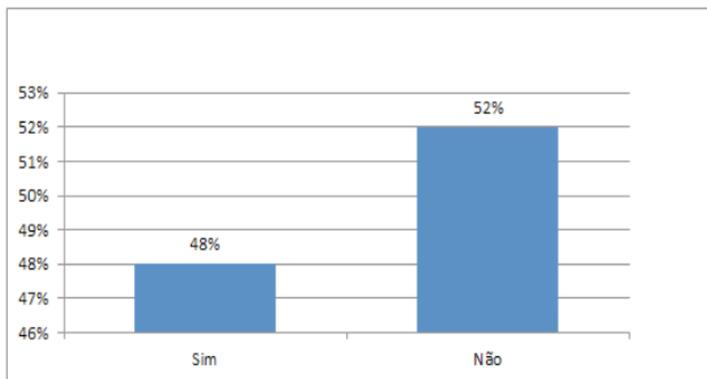


FIGURA 13 - Participação em Projetos Ambientais

Fonte: Autor (2015).

Com tantas informações sobre o desenvolvimento sustentável a partir da ECO-92 e agenda-21, foi direcionado uma pergunta aos alunos sobre esse conceito. Na Figura 14 é apresentado que 52% dos alunos não conhecem o conceito de desenvolvimento sustentável que é desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. Sem essa noção do conceito como será possível esses futuros professores integrarem temas ambientais com suas disciplinas se não entendem e conhecem a base para a Educação Ambiental.

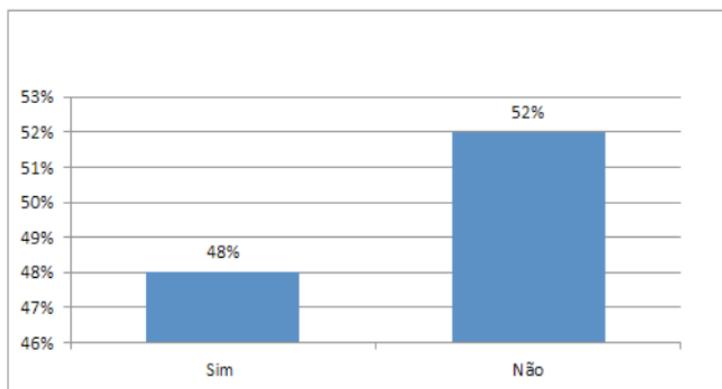


FIGURA 14 - Conceito de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Autor (2015).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho visou compreender e identificar deficiências em relação à temática

ambiental, no processo de formação de professores, através dos cursos de formação pedagógica, regulamentados pela resolução nº 2/97 do conselho Nacional de Educação. Com a função de formar bacharéis e tecnólogos para atuarem na Educação, esses cursos possuem deficiências em suas grades curriculares por não possuírem disciplinas que discutam as questões ambientais, relação comunidade, meio ambiente, escola e relação entre aluno, professores, meio ambiente e comunidade.

Na pesquisa realizada com os alunos, foi possível identificar que o problema é ainda maior, pois a maioria dos alunos do curso também não tiveram em suas graduações disciplinas que tratassem das questões ambientais. Esses dois fatores permitem aos egressos dos PROFOP a terem dificuldades na integração das questões ambientais, junto as disciplinas que pleitearão a licenciatura.

De acordo com a pesquisa foi identificado que boa parte dos alunos não possuem conhecimentos teóricos ou experiências com a temática ambiental, participação em projetos ambientais, conceito de aspectos e impactos ambientais, além da escolha do curso para ter uma atividade secundária para complementar a renda ou suprir a falta de oportunidades na sua área de formação. A falta da temática ambiental nesses cursos propicia um efeito cascata no processo de formação dos docentes e isso reflete diretamente no processo de aprendizagem dos alunos da Educação Básica, provocando inúmeros problemas no desenvolvimento da percepção dos alunos quanto à importância da Educação Ambiental.

Outro reflexo é também no desenvolvimento de projetos de interação da matemática, geografia, português ou disciplinas da Educação profissional com as práticas de Educação Ambiental. Portanto, o presente trabalho abre um leque para novas pesquisas no campo dos programas de formação de professores, principalmente no que diz respeito aos temas transversais como meio ambiente, saúde, pluralidade cultural, ética, orientação sexual, entre outros temas como o Plano Nacional de Educação, Plano Nacional de Direitos Humanos e Educação do Campo que estão ausentes nos cursos de formação pedagógica.

Essas temáticas são essenciais para a formação dos cidadãos para que eles entendam as questões sociais e realidade na comunidade na qual o aluno, professores e escola estão inseridos. Espera-se que com essa pesquisa contribuir para que as diretrizes curriculares desses cursos incluam temas ambientais e disciplinas que propiciem a qualificação de professores para contextualizar a realidade social e ambiental da sociedade e construir o conhecimento a partir de bases científicas e legais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei federal nº 6938/81. Política nacional do meio ambiente - PNMA.** Brasília. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l6938.htm. Acesso em 12 fev. de 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394 - Lei de Diretrizes e bases da Educação nacional.** MEC. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais e ética.** MEC. Brasília: S.E.F., vol. 8, 1997.

BRASIL. Lei n. 9795 - 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental.** Brasília, 1999.

BRASIL. **Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores: Educação Ambiental.** MEC. Brasília. 2002

BRASIL. **Projeto Político Pedagógico: aplicado centro de Educação Ambiental e salas verdes.** MMA. Brasília. 2005. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/ceas_ppp.pdf Acesso em 15 abr. de 2015.

BRASIL. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade.** MEC.SECAD. Brasília 2007.

BRASIL. **Sistema Nacional de Educação Ambiental.** MMA. Salvador. 2007. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/sisnea_cartilha.pdf Acesso em 12 fev. de 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-etc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf> Acesso em: 29 abr. de 2015

MENDONCA, S. G. L. A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico. **Cad. CEDES.** Unicamp. Campinas. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622011000300003 Acesso em: 15 abr. de 2015

NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Disponível em: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-2SF/Pesquisa_Social.pdf Acesso em 29 abr. 2015.

OLIVEIRA, M. P. **Avaliação da importância da Educação Ambiental nos PROFOP – Programa de Formação de Professores:** uma proposta de mudança curricular. Monografia. Especialização em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis da Universidade Federal do Paraná. Matinhos. 53p. 2015

PARANA. **Regulamentação da Política de Educação Ambiental instituída pela Lei nº 17.505/2013.** CEMA. Curitiba. 2013 Disponível em: http://www.cema.pr.gov.br/arquivos/File/87_Reuniao_Ordinaria_CEMA/Justificativa_Regulamentacao_Politica_Estadual_Meio_Ambiente.pdf Acesso em: 15 fev. de 2015.

SIGNORELLI. **Complementação pedagógica.** Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: http://faculdade.signorelli.edu.br/vestibular/curso_profop.php Acesso em: 15 jun. de 2015.

UNESCO. **Vamos cuidar do Brasil: Conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola.** Brasília. 2007 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf> Acesso em: 15 abr. de 2015

UTFPR. **Regulamento do PROFOP-Programa de formação de professores**. COFOP. Curitiba. 2012. Disponível em: www.utfpr.edu.br/estruturauniversitaria/pro.../regulamentoprofop.doc Acesso em: 15 jun. de 2015

A

Acesso à EJA 215

Alfabetização 33, 122, 125, 126, 138, 144, 216, 218, 219, 220, 236, 245, 246, 247, 255, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275

Alunos 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 107, 150, 155, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 178

Androcentrismo 72, 73, 74, 77, 83, 84

Aprendizagem filosófica 97, 98, 99

Asperger 104, 105, 111, 112, 113, 114

Atención 104, 112, 113, 114, 205

Avaliação da eficiência visual 60, 63, 66, 69

B

Baixa visão 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70

Base nacional comum curricular 22, 26, 27, 34, 126, 142, 147, 160, 167, 229, 248, 252, 260, 261

C

Capacitação 34, 179, 186, 272

Capital social 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 82

Complexidade 4, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 32, 125, 128, 134, 164, 183, 186, 261

Copos descartáveis 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94

Criança 55, 77, 82, 124, 140, 157, 161, 162, 163, 166, 230, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 269, 271

Currículo 25, 56, 57, 97, 98, 109, 147, 174, 179, 180, 187, 229, 230, 261, 262, 272

D

Desarrollo de potencialidades 170, 174, 175, 176

Deserción escolar 148, 152

Desigualdade de gênero 73

Dificuldades de aprendizagem 54, 56, 57, 127, 163, 236, 242, 243, 246

Docentes 17, 22, 23, 24, 28, 36, 39, 57, 98, 104, 106, 107, 108, 109, 118, 121, 137, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 186, 188, 191, 198, 203, 210, 212

E

Educação 1, 3, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 70, 71, 72, 73, 75, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 132, 133, 137, 138, 139, 140, 147, 158, 161, 162, 163, 167, 168, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 238, 239, 240, 244, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 266, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Educação filosófica 97, 102

Educação infantil 97, 98, 167, 168, 182, 195, 215, 250, 251, 252, 259, 260, 261, 262, 268, 273, 274

Educação matemática 33, 51, 52, 53, 58, 59, 116, 138, 139, 275, 276

Educação matemática inclusiva 51, 52, 53, 58, 59

Educación 37, 39, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 105, 107, 115, 169, 170, 172, 173, 174, 177, 202, 207, 211

EJA 116, 117, 119, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 137, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234

ENEM 263, 264, 265, 266

Ensino 11, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 93, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 225, 226, 228, 231, 232, 234, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 245, 247, 249, 263, 264, 267, 268, 269, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Ensino aprendizagem 116, 118, 119, 124, 125, 128, 129, 130, 133, 135, 137, 187, 242, 249, 276

Escuelas 41, 45, 169, 170

F

Formação de professores 14, 17, 21, 22, 23, 25, 26, 30, 31, 34, 36, 37, 51, 53, 56, 57, 58, 59, 179, 180, 181, 186, 187, 188, 191, 198, 199, 200, 275

Frações 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

H

Hiperactividad 104, 113

Historia 39, 95, 104, 115, 172, 263, 266

Horario nocturno 148, 149, 155

I

Impactos ambientais 86, 89, 93, 195, 196, 198

Infância 12, 83, 99, 166, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262

Interdisciplinaridade 14, 16, 17, 18, 21

J

Jogos 82, 147, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

L

Letramento 140, 218, 236, 245, 246, 247, 248, 274, 275

Licenciatura en administración 148

Lúdico 157, 158, 159, 160, 161, 166, 167, 168, 242, 248

M

Machismo 72, 73, 79, 80, 84

Matemática 33, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 90, 110, 113, 116, 117, 118, 120, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 147, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 185, 192, 198, 234, 271, 275, 276

Material dourado 157, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 168

Matrículas 52, 58, 215, 216, 217, 219, 221, 222, 223, 227, 229, 230, 233

Meio ambiente 1, 2, 6, 19, 86, 87, 89, 92, 93, 94, 179, 183, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 198, 240

N

Necessidades educacionais específicas 51, 52, 53

O

Oferta na EJA 215

Olimpíada de Filosofia 96, 97, 98, 100, 102, 103

Organizaciones 38, 202

P

Pandemia 99, 215, 217, 219, 225, 229, 231, 232, 272, 274

Patologias 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70

Práticas pedagógicas 53, 54, 117, 124, 128, 139, 141, 226, 239

Preservação 86, 88, 92, 93, 94, 181, 184, 185, 193

Professores 14, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 91, 92, 98, 100, 118, 123, 124, 128, 134, 136, 137, 159, 160, 161, 166, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 226, 231, 237, 238, 239, 242, 245, 247, 248, 258, 266, 272, 275, 276

R

Regime colaborativo 22

Relação com o saber 116, 127, 136, 138

Revisão bibliográfica 14

S

Sociabilidade humana 1, 11

Sociedades primitivas 1, 4

T

transtorno 55, 243, 247

Transtorno 67, 243, 248

U

Universidade Aberta de Portugal 22

Universidade Aberta do Brasil 22, 23, 33, 35

Universidades 18, 22, 24, 33, 34, 38, 49, 81, 170, 173

W

Webometria 263, 264, 265

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Atena
Editora
Ano 2022

Vol 1

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Atena
Editora
Ano 2022

Vol 1